

Erguer os Pequenos Barcos

Por Christine Lagarde, Diretora-Geral, FMI

Discurso nas *Grandes Conférences Catholiques*
Bruxelas, 17 de junho de 2015

Introdução

Boa noite! Estou absolutamente encantada com a oportunidade de participar novamente desta prestigiosa conferência, e gostaria de agradecer ao Vice-Primeiro-Ministro Reynders por suas gentis palavras de apresentação.

Em 6 de maio último, quase engasguei tomando meu iogurte matutino ao ler a primeira página de um dos principais jornais econômicos. Lá estava a lista dos gestores de fundos hedge mais bem pagos do mundo. A pessoa no topo da lista havia embolsado US\$ 1,3 bilhão em 2014. *Um* homem, US\$ 1,3 bilhão!

Juntos, os 25 gestores de fundos hedge mais bem pagos receberam um total de US\$ 12 bilhões no ano passado, muito embora o desempenho dos investimentos do setor tenha sido em grande medida medíocre.

Isso me fez recordar uma piada famosa sobre Wall Street – uma pessoa que visitou Nova York estava admirando os iates magníficos dos banqueiros e corretores mais ricos. Após contemplar longa e detalhadamente esses belos barcos, o visitante perguntou em tom irônico: “Onde estão os iates dos *clientes*?” É óbvio que os clientes não tinham recursos para comprar iates, embora tivessem seguido rigorosamente as recomendações dos banqueiros e corretores.

Por que isso tem relevância neste momento? Porque o tema da desigualdade excessiva e crescente não apenas voltou às manchetes, mas também passou a ser um problema para o crescimento e o desenvolvimento econômicos. Gostaria de abordar este assunto de uma perspectiva econômica esta noite. Eu *não* vou me concentrar nos iates maravilhosos dos super-ricos, que são o retrato da nova Idade do Ouro. Não é imoral desfrutar do sucesso financeiro.

Porém, gostaria de acrescentar a essa discussão o que chamo de “*pequenos barcos*”, que representam o sustento e as aspirações econômicas dos pobres e da classe média.

Em demasiados países, o crescimento econômico não conseguiu elevar esses pequenos barcos – ao passo que os iates maravilhosos navegam pelas ondas e desfrutam de bons ventos em suas velas. Em muitíssimos casos, as famílias pobres e da classe média chegaram à conclusão de que o trabalho árduo e a determinação, por si sós, talvez não sejam suficientes para mantê-los à tona.

Muitos hoje estão convencidos de que o sistema foi de alguma forma manipulado e que se encontram em posição de desvantagem. Não surpreende que políticos, líderes empresariais, economistas de primeira linha e até mesmo presidentes de banco central estejam falando da desigualdade excessiva de riqueza e renda. E essas preocupações agora ecoam em todo o

espectro político. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Presidente Obama e líderes do partido Republicano no Congresso concordam que esta é uma das questões que definem o nosso tempo – questão que carece não só de um diagnóstico, mas de uma cura.

Minha principal mensagem na noite de hoje é esta: reduzir a desigualdade excessiva – ao erguer os “pequenos barcos” – não é apenas correto do ponto de vista moral e político, mas é um *bom princípio econômico*.

Não é preciso ser altruísta para apoiar políticas que elevem a renda dos pobres e da classe média. Todos se beneficiarão com essas políticas, porque elas são essenciais para gerar crescimento mais alto, mais inclusivo e mais sustentado.

Em outras palavras, para ter crescimento mais *duradouro*, será necessário gerar crescimento mais *equitativo*. Tendo isso em mente, gostaria de enfatizar três questões:

1. As perspectivas econômicas mundiais.
2. As causas e consequências da desigualdade excessiva.
3. As políticas necessárias para um crescimento mais forte, mais inclusivo e mais sustentável.

1. O clima econômico global não ajuda muito

Para começar, vou descrevendo o mapa do clima econômico global, da maneira como o vemos. De acordo com as previsões de primavera do FMI, a economia global crescerá 3,5% este ano – mais ou menos o mesmo que no ano passado – e 3,8% em 2016.

As economias avançadas estão um pouco melhor que no ano passado. Nos Estados Unidos, as perspectivas ainda apontam uma forte expansão – os números fracos do primeiro trimestre são apenas um contratempo passageiro. As perspectivas para a área do euro estão melhorando, em parte, devido ao relaxamento das condições monetárias pelo Banco Central Europeu. E o Japão parece estar enfim colhendo os primeiros frutos de sua estratégia de recuperação baseada em “três flechas” (monetária, fiscal e estrutural).

As previsões para a maioria das economias emergentes e em desenvolvimento estão levemente piores do que no ano passado, principalmente porque os exportadores de matérias-primas sofreram com o declínio dos preços, sobretudo do petróleo. E os dados divulgados recentemente reforçaram este quadro. Há, no entanto, enorme diversidade em termos de tendências nacionais, que vão desde o crescimento robusto na Índia até a recessão no Brasil e na Rússia.

A boa notícia, portanto, é que a recuperação global continua, mas este crescimento permanece moderado na generalidade e desigual entre os países.

O que acontecerá a partir de 2016, a segunda metade desta década? Bem, é nesse ponto que as notícias que tenho a dar não são muito boas. Nossa opinião no FMI é que o potencial de crescimento tanto das economias avançadas como das emergentes será provavelmente menor

nos próximos anos. Isso se deve, em parte, a mudanças demográficas e produtividade menor. Nossa preocupação é que isso resulte em mais desafios para os mercados de trabalho, políticas públicas menos robustas e melhorias mais lentas do padrão de vida.

Trata-se da “nova mediocridade” a respeito do qual tenho alertado. Para os “pequenos barcos”, isso significa que o vento voltou a soprar, mas não é forte o suficiente para reduzir o alto desemprego. Não é forte o suficiente para reforçar a renda da classe média e reduzir a pobreza. Em suma, não é forte o suficiente para elevar os “pequenos barcos” – embora os iates estejam desfrutando a brisa em alto mar.

Então, o que está acontecendo? Devemos nos resignar diante do mau tempo? Não há esperança para os capitães dos “pequenos barcos”, independentemente de estarem aqui na Bélgica ou em qualquer outro lugar no mundo?

2. Causas e consequências da desigualdade excessiva

A resposta curta é: *há* esperança, mas para vislumbrá-la, é preciso tomar distância e observar o panorama geral, antes de focalizar a situação dos países.

Imagine colocar toda a população mundial em fila, partindo dos mais pobres para os mais ricos, cada qual atrás do montante de dinheiro que representa a sua renda anual.

Verá então que o mundo é realmente muito desigual. Existe obviamente um grande abismo entre os mais ricos e os mais pobres. Mas, se observar as mudanças que ocorreram nesta fila com o passar do tempo, verá que a desigualdade de renda *global* – ou seja, a desigualdade *entre* os países – na verdade *diminuiu* de forma constante nas últimas décadas.

Por quê? Porque a renda média das economias de mercados emergentes, como a China e a Índia, aumentou muito mais rapidamente do que a dos países mais ricos. Isso mostra o poder transformador do comércio e investimento internacionais. Os fluxos globais maciços de produtos, serviços, pessoas, conhecimentos e ideias têm tido um efeito positivo para a igualdade *global* de renda – e precisamos de mais fluxos assim para reduzir ainda mais o hiato *entre* os países.

Mas – e trata-se de um grande ‘mas’ – também temos observado uma desigualdade de renda *crecente dentro* dos países. Nas últimas duas décadas, a desigualdade de renda *aumentou substancialmente* na maioria das economias avançadas e nas principais economias de mercados emergentes, especialmente na Ásia e no Leste Europeu.

Nas economias avançadas, por exemplo, o 1% mais rico da população concentra hoje cerca de 10% do total da renda. E o hiato entre ricos e pobres é ainda maior em termos de riqueza. A Oxfam estima que, em 2016, a riqueza combinada do 1% mais rico do mundo será maior que a dos restantes 99% das pessoas. Nos Estados Unidos, um terço do total da riqueza está nas mãos de 1% da população. A América Latina é um destaque positivo com níveis de desigualdade *declinantes*, embora ainda continue a ser a região mais desigual do mundo.

Somando todos estes fatores, verifica-se uma divergência marcante entre uma tendência *positiva* no plano *global* e as tendências principalmente *negativas dentro* dos países.

A China, por exemplo, encontra-se no ponto mais extremo de ambas as tendências. Tendo tirado mais de 600 milhões de pessoas da pobreza nas últimas três décadas, a China fez uma contribuição marcante para a *maior igualdade global* de renda. Nesse processo, porém, tornou-se uma das sociedades mais desiguais do mundo, porque muitas áreas rurais permanecem na pobreza e porque a renda e a riqueza cresceram acentuadamente nas cidades e nos escalões mais altos da sociedade chinesa.

Na verdade, economias como a China e a Índia parecem se enquadrar perfeitamente na narrativa tradicional de que a desigualdade extrema é um preço aceitável a ser pago pelo crescimento econômico. Assim como a poluição do ar, muitos podem ficar tentados a dizer que a desigualdade é simplesmente inevitável – esqueçam o assunto!

Novo consenso

Mas, há um *novo* consenso crescente de que os países *não* deveriam aceitar este pacto faustiano. Como exemplo, análises¹ de meus colegas no FMI demonstram que a desigualdade excessiva de renda na verdade *reduz* a taxa de crescimento econômico e torna o crescimento *menos* sustentável com o tempo.

No início desta semana, divulgamos as últimas análises² do FMI que apresentam números precisos em apoio a esta mensagem-chave – de que é necessário erguer os “pequenos barcos” para gerar crescimento mais forte e mais duradouro.

Nosso estudo demonstra que elevar em 1 ponto percentual a parcela da renda dos pobres e da classe média *umenta* o crescimento do PIB de um país em até 0,38 ponto percentual em cinco anos. Em contrapartida, elevar em 1 ponto percentual a parcela da renda dos ricos *reduz* o crescimento do PIB em 0,08 ponto percentual. Uma explicação possível para isso é que os ricos gastam uma fração menor de sua renda, o que poderia reduzir a demanda agregada e enfraquecer o crescimento.

Em outras palavras, nossas constatações sugerem que – contrariando a sabedoria popular – os benefícios da renda mais alta estão a se espalhar *para cima* e não *para baixo*, o que demonstra claramente que os pobres e a classe média são os principais motores do crescimento. Esses motores, infelizmente, estão parando.

Um estudo recente da OCDE, por exemplo, mostra que o padrão de vida dos pobres e da classe média baixa nas economias avançadas tem caído em relação ao do resto da população. Este tipo de desigualdade inibe o crescimento porque desestimula o investimento em

¹ [Nota do FMI](#) sobre redistribuição, desigualdade e crescimento.

² [Nota do FMI](#) sobre as causas e consequências da desigualdade de renda.

competências e capital humano, levando a uma produtividade mais baixa em grande parte da economia.

Impulsores da desigualdade excessiva

Assim, as consequências da desigualdade de renda excessiva ficam cada vez mais claras – mas e as suas causas?

Os impulsores mais importantes da desigualdade extrema são bem conhecidos: o progresso tecnológico e a globalização financeira.³ Esses dois fatores tendem a ampliar as lacunas de remuneração entre as pessoas com maior e menor qualificação, especialmente nas economias avançadas.

Outro fator é a dependência excessiva do sistema financeiro nas principais economias, como os Estados Unidos e o Japão. É óbvio que a atividade financeira – especialmente o crédito – é essencial em qualquer sociedade próspera. Mas há evidências crescentes, inclusive do corpo técnico do FMI,⁴ de que o excesso de atividade financeira pode distorcer a distribuição de renda, erodir o processo político e comprometer a estabilidade e o crescimento econômico.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, a desigualdade extrema de renda é, em grande parte, impulsionada pela desigualdade de *acesso* – à educação, saúde e serviços financeiros. Deixe-me apresentar alguns exemplos:

- Quase 60% da população jovem mais pobre da África Subsaariana têm menos de 4 anos de escolaridade.
- Quase 70% dos pobres em economias em desenvolvimento dão a luz sem a assistência de médicos ou enfermeiras.
- Mais de 80% dos pobres em economias em desenvolvimento não têm contas bancárias.

Outro fator importante obviamente é a baixa mobilidade social. Estudos recentes mostram que as economias avançadas com níveis mais baixos de mobilidade social entre as gerações tendem a apresentar níveis mais altos de desigualdade de renda. Nesses países, a renda dos pais é um fator determinante da renda dos filhos. Isso sugere que, para ascender socialmente, é preciso crescer na classe social certa. E isso não parece justo.

³ Esses dois fatores figuram com destaque na literatura acadêmica e nas discussões públicas sobre desigualdade. Os resultados da nossa última nota sobre as causas e consequências da desigualdade de renda confirmam as constatações encontradas na literatura.

⁴ Uma [nota](#) recente do FMI sobre a reavaliação do desenvolvimento financeiro mostra que, depois de certo ponto, o desenvolvimento financeiro prejudica o crescimento. Um [Working Paper](#) do FMI e um [documento](#) recente do BIS argumentam que é possível haver atividade financeira em demasia.

Com desvantagens desse tipo – com esse grau de desigualdade de oportunidade – milhões de pessoas têm pouca ou nenhuma chance de aumentar sua renda e construir riqueza. Nas palavras do Papa Francisco, trata-se de uma “economia de exclusão”.⁵

3. Políticas para um crescimento mais forte, mais inclusivo e mais sustentável

Os formuladores de política podem, em nossa opinião, gerar uma onda sob a proa dos “pequenos barcos”. Existem receitas para um crescimento mais forte, mais inclusivo e mais sustentável em *todos* os países.

A ***primeira prioridade*** – o número um da lista – deve ser a estabilidade macroeconômica. Se não forem aplicadas boas políticas monetárias, se nos perdermos na indisciplina fiscal, se permitirmos o inchamento da dívida pública, veremos com toda certeza um crescimento mais lento, um aumento da desigualdade e maior instabilidade econômica e financeira.

Políticas macroeconômicas sólidas são o melhor amigo dos pobres – da mesma forma que a boa governança. A corrupção endêmica, por exemplo, pode ser forte indicador de uma profunda desigualdade social e econômica.

A ***segunda prioridade*** deve ser a prudência. Todos sabemos que devem ser tomadas medidas para reduzir a desigualdade *excessiva*. Sabemos também que *determinado* nível de desigualdade é saudável e útil, pois proporciona incentivos para as pessoas competirem, inovarem, investirem e aproveitarem as oportunidades – para atualizar suas competências, começar novos negócios e fazer as coisas acontecerem.

Em seu melhor momento, os empreendedores têm o que o economista John Maynard Keynes chamou de “espírito animal” – uma confiança às vezes ilimitada em sua própria capacidade *singular* de construir o futuro. Em outras palavras, destacar-se da multidão é um propulsor essencial da prosperidade.

A ***próxima prioridade*** deveria ser ajustar as políticas aos propulsores de desigualdade específicos de cada país, incluindo o contexto político, cultural e institucional. Não se trata mais de aplicar uma única política a todos os casos, mas sim de políticas inteligentes – capazes de virar o jogo – que poderiam ajudar a reverter a tendência à maior desigualdade.

Política fiscal inteligente

Um elemento capaz de virar o jogo é uma ***política fiscal inteligente***. O desafio aqui é desenvolver medidas tributárias e de gastos que tenham efeitos adversos mínimos em termos de incentivo ao trabalho, poupança e investimento. O objetivo deve ser promover tanto a maior igualdade *como* a maior eficiência.

⁵ A **Exortação** Apostólica do Papa Francisco: “Da mesma forma que o mandamento ‘Não matarás’ estabelece um limite claro a fim de proteger o valor da vida humana, hoje temos de dizer ‘Não’ a uma economia de exclusão e desigualdade.”

Isso significar ampliar a base de receita tributária mediante, por exemplo, o combate à evasão fiscal; a diminuição da dedução tributária dos juros de hipotecas, que beneficia mais os ricos;⁶ e a redução ou eliminação da exoneração fiscal dos ganhos de capital, opções de compra de ações e lucros de fundos de investimento privados, conhecidos como “juros transitados”.

Em muitos países europeus, isso também implica reduzir os altos impostos trabalhistas, o que inclui o corte nas contribuições do empregador para o seguro social. Essas medidas proporcionariam um forte incentivo para a criação de mais empregos e mais posições em tempo integral, o que ajudaria a reduzir a onda de trabalho temporário e de meio experiente que contribui para a crescente desigualdade de renda.

Do lado da despesa, isso significa ampliar o acesso à educação e à assistência de saúde. Em muitas economias emergentes e em desenvolvimento, isso significa reduzir os subsídios energéticos – que são onerosos e ineficientes – e utilizar esses recursos para melhorar a educação, a formação e as redes de proteção social.

Segundo um estudo recente do FMI, neste ano, governos em todo o mundo subsidiarão o custo do petróleo, gás e carvão mineral com recursos da ordem de US\$ 5,3 trilhões, que é equivalente ao que gastam com saúde pública todos os anos.

Promover a maior igualdade e eficiência também significar intensificar o uso das chamadas transferências condicionais de renda. Esses mecanismos anti-pobreza altamente bem sucedidos contribuíram de forma significativa para reduzir a desigualdade de renda em países como o Brasil, o Chile e o México.

Em minha recente visita ao Brasil, tive a oportunidade de visitar uma favela e observar de perto o programa Bolsa Família. Esse programa fornece ajuda às famílias pobres – na forma de cartões de débito pré-pagos – com a condição de que seus filhos frequentem a escola e participem dos programas públicos de vacinação.

O Bolsa Família provou ser não só eficiente mas também econômico: com gastos de 0,5% do PIB por ano, 50 milhões de pessoas estão sendo assistidas – ou seja, um em cada quatro brasileiros.

Reformas estruturais

Além dessas políticas fiscais inteligentes, há outro fator capaz de virar o jogo – ***reformas inteligentes*** em áreas vitais como educação, saúde, mercados de trabalho, infraestrutura e inclusão financeira. Essas reformas estruturais são essenciais para elevar o crescimento econômico potencial e aumentar a renda e o padrão de vida no médio prazo.

⁶ Metade dos governos dos países ricos permitem que seus cidadãos deduzam da renda tributável os pagamentos de juros de hipoteca.

Se tivesse que escolher as três ferramentas estruturais mais importantes para reduzir a desigualdade excessiva de renda, estas seriam **educação**, educação e educação. Não importa se a pessoa vive em Lima ou Lagos, em Xangai ou Chicago, em Bruxelas ou em Buenos Aires, seu potencial de renda dependerá da sua qualificação, da capacidade de tirar proveito da evolução tecnológica em um mundo globalizado.

Rendas mais altas requerem capital humano mais bem preparado e políticas que reúnam professores e alunos em salas de aulas do século XXI, com livros de melhor qualidade e maior acesso a recursos on-line. As economias emergentes e em desenvolvimento precisam promover o acesso mais equitativo à educação básica, ao passo que as economias avançadas devem focalizar mais na qualidade e acessibilidade da educação universitária. Mesmo os países com os mais elevados padrões educacionais devem fazer mais.

Outra ferramenta importante é a **reforma do mercado de trabalho**. Nesse sentido, pense, por exemplo, em um salário mínimo bem calibrado e políticas de apoio à procura de emprego e à compatibilização da qualificação. Pense em reformas para proteger os trabalhadores em vez do trabalho. Nos países nórdicos, por exemplo, os trabalhadores contam apenas com proteção de trabalho limitada, mas beneficiam-se de seguros-desemprego generosos que exigem que os desempregados encontrem novo emprego. Este modelo⁷ torna o mercado de trabalho mais flexível – o que é positivo para o crescimento – e, ao mesmo tempo, protege os interesses dos trabalhadores.

As reformas do mercado de trabalho também apresentam uma importante **dimensão de gênero**. Em todo o mundo, as mulheres enfrentam desvantagens triplas. Têm menos probabilidade que os homens de encontrar trabalho assalariado, especialmente no Oriente Médio e no Norte da África. Se conseguirem encontrar trabalho assalariado, será provavelmente no setor informal. E se, por fim, conseguem um emprego no setor formal, receberão salário equivalente a três quartos do que os homens recebem – mesmo com o mesmo nível de escolaridade e na mesma profissão.

Países como o Chile e a Holanda demonstram que é possível aumentar acentuadamente a participação feminina na força de trabalho por meio de políticas inteligentes que enfatizem creches com preço acessível, licença-maternidade e flexibilidade no local de trabalho. Será necessário também eliminar as barreiras jurídicas e a discriminação tributária que continuam a impedir o avanço das mulheres em muitos países.

Em todo o mundo, há aproximadamente 865 milhões de mulheres com potencial de contribuir mais plenamente para a economia. A mensagem, portanto, é clara: quem quiser aumentar a prosperidade compartilhada terá de libertar o poder econômico das mulheres.

⁷ Para mais informações sobre o modelo nórdico, consulte a [nota do FMI](#) sobre políticas do mercado de trabalho e o [documento do FMI](#) sobre empregos e crescimento.

Também é necessário promover a **maior inclusão financeira**, principalmente nas economias em desenvolvimento. Considere as iniciativas de microcrédito que transformam pessoas pobres – em sua maioria mulheres – em microempreendedoras de sucesso, como vi recentemente no Peru. Considere iniciativas para construir um histórico de crédito para pessoas sem conta bancária. Considere o impacto transformador das atividades bancárias baseadas na telefonia móvel, em particular na África Subsaariana.

Ao melhorar seu acesso a serviços financeiros básicos, as famílias pobres das economias em desenvolvimento podem investir mais em saúde e educação, que leva ao aumento da produtividade e a um potencial de renda mais alta. Se quiser reduzir a desigualdade excessiva de renda nas economias em desenvolvimento, é preciso aumentar a igualdade financeira.

Conclusão

Todas essas políticas e reformas requerem liderança, coragem e colaboração. É por isso que convoco os políticos, formuladores de políticas, líderes empresariais e todos nós aqui presentes a transformar boas intenções em ações ousadas e duradouras.

Os formuladores de políticas, em particular, precisam aproveitar o que acredito ser uma oportunidade única de desenvolvimento em toda uma geração.

Em setembro, a ONU realizará uma reunião de cúpula importante que buscará substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio por um novo conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E uma conferência da ONU no próximo mês buscará financiar esta nova agenda de desenvolvimento ambiciosa.

Em dezembro, líderes de 196 países irão se reunir em Paris para buscar alcançar um acordo abrangente para a redução das emissões de carbono. Este acordo contribuiria de forma significativa para proteger os interesses dos membros mais pobres da sociedade, que são as primeiras vítimas das mudanças climáticas.

Há muitas vozes cínicas que questionam a necessidade de ação nessas áreas e declaram derrota muito antes da batalha começar. Temos que conseguir provar que os cínicos estão errados – focalizando a mente, criando parcerias e estabelecendo as *metas corretas*.

Espero sinceramente que, no fim deste ano, possamos olhar para trás e dizer, ‘consequimos’. ‘Reenergizamos o crescimento econômico global’. ‘Alcançamos um acordo histórico sobre as mudanças climáticas’. ‘Lançamos uma agenda de desenvolvimento totalmente nova com metas ambiciosas e financiamento sólido’.

Em todas essas questões, vejo um importante **papel para o FMI**. Nosso mandato primordial é promover a estabilidade econômica e financeira global. É por isso que estamos tão profundamente envolvidos com o desenvolvimento – ajudando nossos 188 países membros a formular e implementar políticas e fornecendo empréstimos aos países em momentos difíceis para que possam se reerguer.

Na África Subsaariana, por exemplo, muitos países aplicaram políticas macroeconômicas sólidas na última década e agora estão colhendo os benefícios na forma de crescimento mais forte e padrões de vida mais altos. O FMI tem apoiado esses esforços por meio de novos instrumentos, como os empréstimos a juro zero, bem como maior financiamento e fortalecimento das capacidades.

Estamos também aprofundando nossos estudos sobre desigualdade, gênero e questões climáticas, porque elas são – como costumamos dizer – macrocríticas.

Além disso, estamos analisando maneiras de possivelmente aumentar o acesso dos países em desenvolvimento aos nossos empréstimos para que possam se proteger de choques externos. Em particular, intensificaremos o foco na ajuda aos países mais pobres e mais frágeis.

Considere as últimas tragédias envolvendo migrantes no Mediterrâneo e na costa do Sudeste Asiático. Esses barcos supercarregados de migrantes representam os estados e as comunidades mais frágeis. São os menores de todos os “pequenos barcos” – uma lembrança poderosa da mais extrema desigualdade de riqueza e de renda. É a economia de exclusão bem diante dos nossos olhos.

Diz-se com frequência que deveríamos medir a saúde de nossa sociedade na base e não no topo. Ao erguer os “pequenos barcos” dos pobres e da classe média, podemos construir uma sociedade mais justa e uma economia mais forte. Juntos, podemos criar uma *maior* prosperidade compartilhada – para *todos*.

Obrigada.